



**Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD**

ELIANE CUNHA MENDONÇA

**AS IMPLICAÇÕES DOS CONCEITOS DA
SOCIOLINGUÍSTICA PARA A REVISÃO DE TEXTO**

Brasília
2012

ELIANE CUNHA MENDONÇA

**AS IMPLICAÇÕES DOS CONCEITOS DA
SOCIOLINGUÍSTICA PARA A REVISÃO DE TEXTO**

Trabalho apresentado ao Centro
Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD)
como pré-requisito para a obtenção de
Certificado de Conclusão de Curso de Pós-
graduação *Lato Sensu* em Revisão de Texto:
gramática, linguagem e a
construção/reconstrução do significado.

Orientadora: Profa. Dra. Francisca Cordélia
Oliveira da Silva

Brasília
2012

ELIANE CUNHA MENDONÇA

**AS IMPLICAÇÕES DOS CONCEITOS DA
SOCIOLINGUÍSTICA PARA A REVISÃO DE TEXTO**

Trabalho apresentado ao Centro
Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD)
como pré-requisito para a obtenção de
Certificado de Conclusão de Curso de Pós-
graduação *Lato Sensu* em Revisão de Texto:
gramática, linguagem e a
construção/reconstrução do significado.

Orientadora: Profa. Dra. Francisca Cordélia
Oliveira da Silva

Brasília, ____ de _____ de 2012.

Banca Examinadora:

Prof. Dr.

Prof. Dr.

Meus sinceros agradecimentos

A Deus

A minha família

Aos meus amigos

Aos meus colegas de trabalho e aos da turma de Revisão

Aos meus professores,

(em especial à Professora Cordélia por sua orientação)

Enfim, a todos que me incentivaram e me ajudaram na conclusão deste trabalho.

*"O significado das coisas não está nas coisas em si,
mas sim em nossa atitude com relação a elas."*

Antoine de Saint-Exupéry

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar as implicações da sociolinguística para a revisão de texto. Para tanto, foram analisados três textos que haviam sido revisados em sala de aula pelos alunos da disciplina de Revisão de Texto do curso de Pós-graduação *latu sensu* em Revisão de Texto, oferecido pelo Uniceub no período de agosto de 2010 a dezembro de 2011. A base teórica deste trabalho seguiu basicamente a linha de pesquisa dos sociolinguistas Marcos Bagno e Stella Maris Bortoni-Ricardo. Os materiais analisados foram de três gêneros diferentes: carta, e-mail e pronunciamento. Neles foram encontradas variações na linguagem, bem como níveis de monitoramento de graus diferenciados. Com base na análise dos dados, verificou-se que nos textos existiam diferenças linguísticas quanto à formalidade, diferenças de variação regional e variação profissional. Tendo mais subsídios de estudo dos textos e procurando entender o que há nas suas entrelinhas, concluiu-se que o profissional da revisão que se preocupa com o lado social e prático da língua pode fazer um trabalho mais aprofundado e crítico, que não se limita apenas na correção ortográfica e gramatical dos textos.

Palavras-chave: Variedade linguística. Sociolinguística. Revisor. Revisão.

ABSTRACT

This present paper has as an objective to analyze the implications of the sociolinguistic in text revision. To do so, three texts that had been revised in the classroom by the students of the Text Revision subject of the post-graduation program in Text Revision offered by Uniceub from August 2010 to September 2011, were analyzed. The theoretical basis of this paper followed the line of research of the sociolinguists Marcos Bagno and Stella Maris Bortoni-Ricardo. The material analyzed were from three different genres: letter, e-mail and pronouncement. They presented language variations, as well as different levels of degree monitoring. Based on the data analysis, it was found that there were linguistic differences in the texts regarding the formality, differences of regional variation and professional variation. Having more support from studies of the texts and seeking to understand what is between the lines, it was concluded that the professional reviewer, that takes in consideration the social and practical side of the language is able to do a more thorough and critical job, that is not limited in the spelling and grammatical correction of the texts.

Keywords: Linguistic variety. Sociolinguistics. Reviewer. Review

SUMÁRIO

RESUMO	05
INTRODUÇÃO	08
1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTUDOS DA LINGUAGEM	12
2 SOCIOLINGUÍSTICA – CONCEITOS E IMPLICAÇÕES	15
2.1 As normas na língua e o preconceito linguístico	19
2.2 O conceito de erro na Sociolinguística	21
3 O REVISOR E A REVISÃO DE TEXTO	24
4 CARTA, E-MAIL E PRONUNCIAMENTO DIANTE DA REVISÃO E DA SOCIOLINGUÍSTICA	28
4.1 A carta e o parlamentar	29
4.2 O e-mail e o parlamentar	33
4.3 O pronunciamento parlamentar	37
4.4 Reflexões sociolinguísticas	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45
ANEXO A – Carta revisada	47
ANEXO B – E-mail revisado	48
ANEXO C – Pronunciamento revisado	49

INTRODUÇÃO

Revisar um texto não é tarefa fácil. Aliás, a própria conceituação do que seja revisão de texto já demanda um esforço além da simples consulta em livros e em dicionários.

Essa dificuldade resulta das diferentes visões que os revisores têm de seus trabalhos, bem como das diferentes visões que os clientes têm dos trabalhos dos revisores de textos. É também decorrente da pouca literatura sobre o assunto, que possa auxiliar o trabalho do revisor.

Uma das visões mais comuns que se tem da prática de revisão é concebê-la como uma correção de texto, cuja fonte de consulta se daria por meio da gramática tradicional. Mas como “a gramática não é a língua” (BAGNO, 2009, p. 19), e a língua está em constante mudança, vê-se que essa visão é, no mínimo, reduzida.

Talvez em virtude disso, observa-se, em várias cidades brasileiras, a crescente procura por cursos de especialização em revisão de textos. Muitos profissionais, que, às vezes, nem são da área de Letras, mas que trabalham com revisão, têm sentido necessidade de aprimoramento que os ajude com o seu serviço e, por isso, estão buscando auxílio.

Entretanto, a gramática não é suficiente para o trabalho do revisor, pois ter acesso ou saber memorizadas as normas gramaticais não é garantia de que se consiga resolver todas as questões que surgem ao longo do trabalho.

Mas, então, o que fazer para que a atividade de revisão de texto tenha uma perspectiva mais ampla e saia do domínio exclusivo da gramática tradicional?

Com o presente trabalho pretende-se apresentar uma sugestão, entre muitas que existem. O recorte escolhido é a Sociolinguística, especificamente como o seu conhecimento pode auxiliar o revisor de textos em suas atividades.

Isso porque o desconhecimento desse assunto, dependendo do caso, pode fazer com que o profissional da revisão, diante de um trabalho que venha a lhe ser solicitado, altere termos corretos e mais apropriados às situações inicialmente propostas pelo autor do texto.

A escolha da Sociolinguística como linha de pesquisa desta monografia, mesmo diante de outros assuntos igualmente importantes, foi de ordem pessoal. Como a autora faz o curso de especialização em revisão de texto e, na disciplina específica de revisão, trabalhou com a aplicação da Sociolinguística à revisão de textos, identificou-se com o assunto e resolveu que esse poderia ser o tema do trabalho.

Também com base nas disciplinas cursadas, foram escolhidos os materiais para análise. No decorrer das aulas, a turma fez várias revisões, com alguns textos levados em sala por professores, e outros, por colegas. A revisão era feita em conjunto e isso gerava debates. A experiência foi muito gratificante e proporcionou a todos enorme aprendizado.

Dos textos revisados em sala, foram selecionados três. O primeiro é do gênero carta, escrito por uma cidadã e dirigido a um senador da República; o segundo é do gênero e-mail, também escrito por uma cidadã e dirigido a um senador da República; e o terceiro é do gênero discurso. É um pequeno trecho de

pronunciamento feito na Câmara dos Deputados, em Brasília, Distrito Federal. A escolha desses três foi feita por serem de gêneros diferentes, mas fazerem referência ao parlamento brasileiro.

Com base na análise do material, pretende-se, como objetivo geral desta monografia, mostrar a importância do conhecimento da Sociolinguística para a revisão de textos. Como objetivos específicos, pretende-se: conceituar e contextualizar a Sociolinguística como ciência de estudo da língua em sociedade; conceituar revisão de texto; identificar o papel do revisor de texto na atualidade; apresentar noção dos gêneros carta, e-mail e de pronunciamento vinculados ao trabalho de revisão de texto.

Tendo em vista esses objetivos, a pesquisa se dará de forma exploratória, com interpretação subjetiva das questões levantadas. Assim classifico esta pesquisa como sendo exclusivamente qualitativa.

Para tanto, o método a ser utilizado será o de abordagem crítica dos três textos citados. A avaliação dos textos será baseada nas opiniões de diferentes teóricos e estudiosos, com fontes primária, secundária e terciária. Dessa forma, serão consultadas obras diretas dos autores, outras obras citadas e também artigos e matérias de revistas e jornais que tratam do assunto, como os trabalhos de William Labov, considerado o pai da Sociolinguística variacionista, os de Marcos Bagno e os de Stella Maris Bortoni-Ricardo, professores da Universidade de Brasília, atuantes pesquisadores da área de Sociolinguística.

Este trabalho está dividido em quatro capítulos. No primeiro, será feito um breve levantamento a respeito do estudo da linguagem desde a antiguidade. No segundo, serão abordados conceitos teóricos sobre Sociolinguística, com definições

e exemplos sobre variações linguísticas. Além de tratar de preconceito linguístico e de como e porque o conceito de erro na Sociolinguística é relativo. No terceiro, o assunto principal será dedicado à atuação do revisor e às dificuldades da profissão. E no quarto, pretende-se analisar o *corpus* da pesquisa, fazendo um comparativo entre a prática da revisão e os conceitos de Sociolinguística.

Assim, espera-se, ao final, atingir o objetivo e demonstrar a importância da Sociolinguística para o profissional que trabalha com revisão de textos.

1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTUDOS DA LINGUAGEM

O estudo da linguagem é um assunto que há muito tempo suscita a curiosidade dos homens, tanto que desde a antiguidade tem-se procurado respostas para entender o seu funcionamento.

Margarida Petter (2002), em seu artigo *Linguagem, língua e linguística*, faz um breve apanhado sobre como se deu o surgimento da linguagem como objeto de estudo da ciência. Para a autora, a história registra que tudo começou por volta do século IV a.C., por questões religiosas, quando os hindus passaram a estudar a língua, pois havia o receio de que os textos sagrados sofressem modificações no momento de serem proferidos. Essa preocupação levou, mais tarde, à descrição minuciosa da língua pelos gramáticos hindus, cujos modelos de análise foram descobertos no ocidente no final do século XVIII.

Ainda na antiguidade clássica, está registrado que os filósofos Platão e Aristóteles também buscaram entender o funcionamento da linguagem, chegando mesmo a “distinguir as partes do discurso e a enumerar as categorias gramaticas”. (PETTER, 2002).

No entanto, foram os vários acontecimentos surgidos a partir da Idade Média que começaram a instigar uma linha mais científica para a linguagem. Como exemplos, pode-se citar, na época da Reforma, a tradução dos livros sagrados para muitas línguas; além do intercâmbio entre viajantes e comerciantes, muito intenso naquela época, o que possibilitou o conhecimento de um número maior de línguas. Foi esse conhecimento que levou a um interesse pelo estudo comparado de línguas,

mais tarde batizado de Linguística Histórica, cuja principal preocupação é o estudo da mudança da língua no decorrer do tempo.

Mas é a partir do século XX, com o livro *Curso de Linguística Geral*, que o estudo da linguagem humana surgiu como ciência de fato. Saussure, o autor da obra, considerava a língua (*langue*) como o objeto central de seu estudo linguístico, e a via sob um ângulo social, em oposição à fala (*parole*), à qual considerava algo individual.

Esse foi um acontecimento importante para a consolidação de uma linha de pensamento que, há muito tempo, vinha dando os primeiros passos. Contudo, como em todo meio científico, algumas questões ficaram em aberto e críticas surgiram ao trabalho de Saussure. Um deles foi com relação ao caráter formal e estrutural, que na visão científica transformava a língua em um sistema estático, homogêneo e regular, que não levava em consideração o falante e os diversos modos como a língua se apresenta, pois a considerava como “sistema subjacente à atividade da fala, mais concretamente, como um sistema invariante que pode ser abstraído das múltiplas variações observáveis da fala” (ALKMIN, 2001).

Anos depois, na década de 1950, surge outro modelo teórico que vem lançar novas ideias na Linguística moderna. O novo modelo, denominado gerativo, e desenvolvido pelo americano Noam Chomsky, tinha por base a afirmação de que as pessoas já nascem com uma parte do cérebro dedicada exclusivamente à Linguagem. Para Machado (2008, p. 16),

a gramática gerativa se volta, essencialmente, para a formação mental e o desenvolvimento linguístico das sentenças das línguas em geral.

O gerativismo elegeu como objeto de estudo para a sua teoria a competência linguística que um falante tem, que consiste na capacidade comum a todos os seres humanos de usar a língua. Essa habilidade é desenvolvida a partir da faculdade da linguagem. O conhecimento internalizado e inato da língua opõe-se ao desempenho, que é seu o uso concreto.

Dessa forma, vê-se que, mesmo diante das importantes contribuições linguísticas dos estudos teóricos, em especial os das últimas décadas, foi deixado de lado o aspecto voltado para a mudança linguística. Algo “que levasse em consideração os componentes sociais de uma comunidade, intervenientes no processo de comunicação.” (MACHADO, 2008, p.16). Essa lacuna levou ao surgimento da Sociolinguística, presente na análise deste trabalho e que será tratada no próximo tópico.

2 SOCIOLINGUÍSTICA

A Sociolinguística é uma das ramificações da Linguística. As primeiras pesquisas na área ocorreram entre as décadas de cinquenta e sessenta, do século XX. Seu objeto de estudo está centrado na fala correlacionada à sociedade. Estuda-se, assim, a influência dos aspectos sociais nas diferentes formas de os indivíduos expressarem suas falas.

A Sociolinguística divide-se em Interacional e Variacionista. De uma forma geral, diz-se que as investigações da Sociolinguística Interacional concentram-se na linguagem da comunicação entre as pessoas e o contexto no qual a comunicação é desenvolvida. Nesse tipo de sociolinguística, estudam-se os motivos que levam um falante a se expressar de determinada forma de acordo com o contexto no momento da fala. Um médico, por exemplo, tem determinado tipo de postura, usa determinadas palavras para explicar conceitos de uma doença ao paciente, diferentemente de quando conversa com um profissional da sua área.

Já na Sociolinguística Variacionista, o foco está na variação linguística, que ocorre a partir do meio social em que o indivíduo está inserido. Nessa linha de pesquisa, um dos primeiros estudiosos foi o americano William Labov. Sobre o assunto, Marcos Bagno (2002, p. 43) afirma que

A sociolinguística surgiu na década 60 nos Estados Unidos, graças, sobretudo aos trabalhos de William Labov, que veio mostrar que toda língua muda e varia, isto é, muda com tempo e varia no espaço, além de variar também de acordo com a situação social do falante.

E ainda, em outro momento, que

A sociolinguística surgiu nos Estados Unidos em meados da década de 1960, quando muitos cientistas da linguagem decidiram que não era mais possível estudar a língua sem levar em conta também a sociedade em que ela é falada. O estudo da variação e da mudança na perspectiva sociolinguística foi impulsionado sobretudo por William Labov (nascido em 1927), que se tornou o nome mais conhecido da área. (2007, p. 28)

Assim, como conceito, tem-se que a Sociolinguística é a parte da Linguística que estuda a língua na perspectiva de sua relação com a sociedade onde se origina, pois ela existe enquanto interação social, o que faz com que se crie e se transforme em função do contexto histórico-social. O seu objetivo é sistematizar a variação, é buscar a ordenação da heterogeneidade linguística, por meio dos determinantes linguísticos e extralinguísticos. (LUCCHESI, 2004).

Nesse sentido, seu objeto de estudo é a variação, entendida como um princípio universal e presente na dinâmica das línguas. As formas linguísticas em variação denominam-se “variantes linguísticas”, que são “as diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade” (TARALLO, 1986, p. 8).

Essas variantes linguísticas levam ao termo variedade linguística, estudada na Sociolinguística sob dois pontos de vista: o diacrônico e o sincrônico. No diacrônico, analisa-se a língua no plano histórico. O pesquisador verifica a sua evolução, o seu uso, em diferentes momentos da história. No sincrônico, analisa-se a língua no mesmo plano temporal, e sua abordagem se dá a partir dos aspectos diatópico, diastrático e diafásico; termos muito conhecidos da área de Sociologia, que estão a seguir especificados, conforme definições dadas por Lara (2010, p. 40):

...diatopia, ou variação regional, é quando se consideram variações linguísticas dentro de um determinado território, com falantes de uma mesma língua. Por exemplo, o Brasil é o território que possui variações diatópicas quando se tem diferentes maneiras de falar dentro de sua extensão territorial.

A diastratia, ou variação social, é o tipo de variação mais estratificada, como seu próprio nome sugere. Observam-se fatores como escolaridade, sexo, renda, idade, etnia, profissão etc. como possíveis condicionadores das formas em variação.

A diafasia, ou variação estilística/ contextual, é quando uma mesma pessoa varia sua fala de acordo com o contexto onde está inserida. Assim, dependendo do contexto, o indivíduo acionará mais o grau de monitoração do que em outros. A variação estilística ocorre devido à situação de interação, ao tópico da conversação, à adequação ao interlocutor etc.

Resumindo, quando se diz que há variação conforme o lugar, há variação diatópica; quando há conforme o nível socioeconômico do falante, há variação diastrática; e quando há conforme a situação – seja ela formal ou informal - em que se está falando, há variação diafásica.

Com relação a esses tipos de variações, mais especificamente sobre a variação diatópica, circula na internet um texto de autor desconhecido, a respeito da possível fala de um assaltante em diferentes estados do Brasil, que muito bem retrata o que vem a ser variação linguística. O texto está a seguir transcrito:

Variações Linguísticas¹

ASSALTANTE PARAIBANO ('sertanejo'; lógico!!) - Ei, bichim... Isso é um assalto... Arriba os braços e num se bula, num se cague e num faça munganga... Arrebola o dinheiro no mato e não faça pantim, se não enfio a peixeira no teu bucho e boto teu fato pra fora... Perdão meu Padim Ciço, mas é que eu tô com uma fome da moléstia.

¹ Texto disponível em: < <http://variantesdobrasil.blogspot.com.br/2011/06/variacoes-linguisticas.html>>. Acesso em: 05 abr. 2012.

ASSALTANTE BAIANO - Ô meu rei...(pausa) Isso é um assalto...(longa pausa) Levanta os braços, mas não se avexe não... (outra pausa) Se num quiser nem precisa levantar, pra num ficar cansado... Vai passando a grana, bem devagarinho (pausa pra pausa) Num repara se o berro está sem bala, mas é pra não ficar muito pesado. Não esquenta, meu irmãozinho, (pausa) Vou deixar teus documentos na encruzilhada.

ASSALTANTE MINEIRO - Ô sô, prestenção... isso é um assarto, uai. Levanta os braço e fica quetin quêsse trem na minha mão tá cheio de bala... Mió passá logo os trocados que eu num tô bão hoje. Vai andando, uai! Tá esperando o quê, uai!

ASSALTANTE CARIOCA - Seguiiiiiinte, bicho ...Tu te ferrou, mermão. Isso é um assalto. Perdeu, perdeu! Passa a grana e levanta os braços, rapá. Não fica de bobeira que eu atiro bem pra c... Vai andando e se olhar pra traz vira presunto.

ASSALTANTE PAULISTA - Ôrra, meu.... Isso é um assalto, mano. Levanta os braços, mano... Passa a grana logo, mano. Mais rápido, meu, que eu ainda preciso pegar a bilheteria aberta pá comprar o ingresso do jogo do Curintia, mano... Pô, se manda, mano....

ASSALTANTE GAÚCHO - O guri, ficas atento... Bah, isso é um assalto. Levanta os braços e te aquieta, tchê! Não tentes nada e cuidado que esse facão corta uma barbaridade, tchê. Passa as pilas prá cá! E te manda a la cria, senão o quarenta e quatro fala.

Não precisa ser um linguista para perceber que o tema descrito no falar dos diferentes estados é o mesmo. No entanto, muitos leitores, provavelmente, não entenderiam alguns dos vocábulos, pois são específicos de determinada região com qual não têm familiaridade. O verbo *arribar*, por exemplo, que é específico da fala nordestina, provavelmente não seria entendido por um falante da região sul.

Esse é um exemplo claro de como um revisor de texto pode ter dificuldades para sugerir alterações no texto do seu cliente. Vários fatores têm de ser considerados como o gênero do texto, a quem se destina, qual o seu objetivo.

Obviamente que, no texto descrito anteriormente, escrito com doses de humor, o autor quis mostrar que existem muitas variações na Língua Portuguesa.

Um revisor que quisesse padronizá-lo, de acordo com a norma vigente presente nas gramáticas tradicionais, iria descaracterizá-lo por completo.

2.1 As normas na língua e o preconceito linguístico

Há uma grande dificuldade na Linguística em se estabelecer os limites dos conceitos de norma, principalmente dos termos norma culta e norma-padrão, que geralmente são usados como sinônimos, mas não são, pois designam diferentes variedades linguísticas, conforme explicação dada por Bagno (2004, p. 185):

De um lado, temos a norma-padrão lusitanizante, ideal de língua abstrato, usado como verdadeiro instrumento de repressão e policiamento dos usos linguísticos; do outro, temos as diversas variedades cultas, usos reais da língua por parte das classes sociais urbanas com escolaridade superior completa.

Como já dito, os termos norma culta e norma-padrão são usados por muitas pessoas como tendo o mesmo significado. Alguns até utilizam somente a expressão norma culta, abarcando o conceito das duas expressões, para designar a variedade linguística desprovida de erros. Esses erros são aqueles que, na perspectiva da gramática tradicional, consideram os aspectos formais de um texto (acentuação, pontuação, sintaxe, etc.). O problema nesse caso é conceituar o que seja erro de fato, pois existe uma grande diversidade das regras presentes nas gramáticas, escritas com base na linguagem literária e distantes da realidade atual dos falantes. Por isso, os linguistas têm estudado o assunto e procurado delimitar a abrangência dos vários termos, buscando facilitar o entendimento e o uso crítico da língua por parte de toda a sociedade.

Segundo Faraco (2004, p.39), a norma culta é a variedade linguística utilizada pelas pessoas que têm mais proximidade com a modalidade escrita e que, por isso, possuem uma fala mais próxima das regras de tal modalidade.

No Brasil, consideram-se como falante de norma culta apenas as pessoas que já se formaram no Ensino Superior. Assim, grande parte de seus falantes, fazem parte das camadas mais privilegiadas da sociedade. A pesquisa desse tipo de variedade é realizada no país desde o início dos anos 1970 pelo Projeto NURC (Norma Urbana Culta). (BAGNO, 2003, p.51).

O termo *culta*, na expressão *norma Culta*, pode levar alguns a acharem que só os falantes de tal variedade são cultos; e que os que não a utilizam são incultos. A respeito disso, Faraco (2004, p. 40) explica que a expressão norma culta, na acepção citada, designa a variedade que é utilizada pelas pessoas que têm mais contato com a “cultura escrita”, razão pela qual o termo é utilizado.

A norma-padrão, segundo o mesmo autor, tem como objetivo a padronização da língua e é carregada de preconceitos em relação às demais variedades, pois considera tudo o que é diferente a ela como errado. Para Faraco (2004, p. 40), no Brasil, o estabelecimento da norma-padrão teve o intuito de “neutralizar a variação e controlar a mudança”, razão pela qual a variedade está imbuída de preconceitos.

Bagno (2003) explica que a origem disso tudo está na antiguidade clássica quando os gregos criaram uma disciplina denominada *gramática*. Para o linguista foram eles que plantaram as sementes do preconceito linguístico, pois se interessaram exclusivamente pela língua dos grandes escritores do passado,

desprezaram completamente a língua falada e classificaram a mudança da língua ao longo do tempo como “ruína” ou “decadência”.

A norma-padrão brasileira seguiu essa linha e com outros agravantes, pois, além de ter se estabelecido pela tentativa de impedir a mudança, considerava apenas a escrita e, convém frisar, a de Portugal. A história mostra que essas escolhas foram ideológicas. A elite letrada do início do século passado queria se sentir próxima da sociedade europeia. Era uma questão de *status*. Quem não se aproximasse desse padrão era consequentemente estigmatizado. O preconceito, assim, estava formalmente implantado.

2.2 O conceito de erro na Sociolinguística

Perpassa por muitos caminhos o entendimento do conceito de erro dentro da Linguística, seja o voltado para o escrito ou o falado, ainda mais dentro dos conceitos de normas descritos no tópico anterior.

Quando algum falante diz, por exemplo, *eu comprei dez pão*, muitos irão apontar que nessa frase há um erro de concordância nominal. Diriam que o correto seria dizer *dez pães*.

No ponto de vista da Linguística, essa questão é muito mais complexa do que classificá-la como erro, baseando-se apenas em regras da gramática normativa. Observa-se que a frase citada é estruturalmente bem formada, pois, com certeza, será entendida por um receptor da mesma língua do falante. É diferente de uma sentença com as mesmas palavras, mas mal formada, como em *pão comprei eu dez*, que dificilmente seria entendida.

Isso tem a ver com a noção de competência, que teve sua teoria desenvolvida a partir das ideias do americano Noam Chomsky. De acordo com ele, a competência consiste no conhecimento que o falante tem de, com um conjunto de regras, produzir e compreender um número infinito de sentenças e ainda conseguir reconhecer as que são bem formadas. (BORTONI-RICARDO, 2004).

Essa visão inicial de Chomsky foi muito criticada, pois exclui de seu conceito a noção de desempenho, que é a capacidade de usar a língua. Assim, surgiram reformulações para essa ideia inicial. O linguista Dell Hymes (*apud* BORTONI-RICARDO, 2004), por exemplo, incorporou a dimensão social ao conceito anterior, que passou a ser denominado de competência comunicativa.

Na visão de Hymes, o indivíduo demonstra ter competência quando sabe quando falar, quando não falar, a quem falar, com quem, onde e de que maneira. A novidade, nesse caso, foi ele ter incorporado a noção de adequação no âmbito da competência, pois “quando faz uso da língua, o falante não só aplica as regras para obter sentenças bem formadas, mas também faz uso de normas de adequação definidas em sua cultura”. (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 73).

Bortoni-Ricardo (2004, p.73) cita um exemplo bastante claro a respeito do entendimento dessa teoria quando descreve uma conversa telefônica entre a gerente de um banco de investimento e um cliente, cujo teor está transcrito seguir:

Gerente – Gerência do Banco XXX. Em que eu posso ajuda-lo?

Cliente – Estou interessado em financiamento para compra de veículo. Gostaria de saber quais as modalidades de crédito que o banco oferece.

Gerente – Nós dispomos de várias modalidades. O senhor é nosso cliente?

Cliente – Eu sou o Júlio César Fontoura, também sou funcionário do banco.

Gerente – Julinho, é você, cara? Aqui é Helena! Cê tá em Brasília? Pensei que você ainda estivesse na agência de Uberlândia! Passa aqui pra gente conversa com calma. E vamu vê seu financiamento.

Na fala acima, a gerente do banco muda o seu modo de falar quando reconhece que o cliente é um velho amigo. Ela, assim, usou sua competência comunicativa, para se adequar àquela situação específica. Dizer que ela errou no uso de algumas palavras é não considerar o universo de possibilidades linguísticas à que todos estão sujeitos.

A partir dessas ponderações, percebe-se o quanto o conceito de erro é relativo na Sociolinguística. O revisor de texto que pretenda fazer um trabalho eficiente deve levar em consideração todos esses fatores.

3 O REVISOR E A REVISÃO DE TEXTO

Segundo o Dicionário Houaiss (2009), revisar, entre outros conceitos, significa “ler (texto), a fim de consertar-lhe possíveis erros, sejam eles relativos à estrutura do texto (redação, digitação, tipografia etc.) ou ainda relativos ao conteúdo; emendar, corrigir, rever”. De acordo com o mesmo dicionário, o vocábulo revisão, da qual se origina revisar, tem como significado “ato ou efeito de rever ou revisar; nova leitura, mais minuciosa, de um texto; novo exame”.

Sobre esse assunto, a enciclopédia Wikipedia² define revisão como “as interferências no texto visando à sua melhoria. Essas mudanças podem atingir palavras, frases ou parágrafos e ocorrem por cortes, inclusões, inversões ou deslocamentos”.

Vê-se, portanto, que, já nessas definições, revisar, ou por extensão de termo, revisão, significa algo além de uma simples correção gramatical, como muitas pessoas imaginam. De forma simples, poder-se-ia dizer que revisar é organizar um texto escrito de forma que as ideias fiquem claras, coerentes e harmônicas.

A revisão de conteúdo, citado no dicionário do Houaiss, abarca uma dimensão de entendimento que engloba vários outros fatores no ato de revisar, além da correção baseada nas regras definidas pela gramática tradicional. O que se quer dizer é que a revisão pode ser crítica em diferentes aspectos. Um deles é fazê-la analisando o texto sob o ponto de vista da Sociolinguística, a qual leva em consideração as características sociais da linguagem dos envolvidos no processo,

² Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Revis%C3%A3o_de_texto>. Acesso em: 05 maio 2012.

como já citado no capítulo anterior, e que ainda será tratado no decorrer deste trabalho.

Quanto à pessoa encarregada do ofício de revisar, tem-se o profissional conhecido como revisor de texto, apesar de comumente algumas de suas atribuições serem confundidas com as de outros profissionais, como os editores de textos.

Mas o que é necessário para ser um revisor? Tal qual o conceito de revisão, essa é uma pergunta difícil de ser respondida. No entanto, conforme afirma Malta (2000), o primeiro passo é ter bom conhecimento de Português, ou seja, ter conhecimento das regras gerais que norteiam a norma-padrão da língua.

Um dos problemas que o candidato a revisor tem é quanto à literatura existente para se aperfeiçoar na técnica de revisão, pois existe pouco material sobre o assunto. Nos últimos anos, no entanto, têm surgido, em diversas cidades brasileiras, cursos de especialização *latu sensu* na área, significando que mais pesquisas sobre o assunto estão sendo empreendidas e que, em um futuro próximo, essa realidade pode mudar.

Como a literatura não é vasta, vê-se, conforme pesquisa demonstrada por Furquim (2011), especialista da área de revisão, que a maioria dos profissionais desse meio se apegam às gramáticas e aos dicionários para subsidiar o trabalho do dia a dia.

Malta (2000) acredita que o revisor deva se reportar ao material tradicional como gramáticas e dicionários, mas lembra que um bom profissional em revisão de texto deve ter cultura geral para sempre se manter atualizado, pois, além

de a língua estar em constante evolução, o trabalho do revisor pode abranger vários assuntos. Para ele

É necessário saber dosar, saber combinar os dois fatores: recorrer incessantemente às fontes de consulta e apoiar-se numa boa cultura geral, num senso crítico, numa boa capacidade de duvidar. Creio que são os três elementos que, somados e sempre concomitantemente, formam o bom revisor. Saber consultar, ter uma memória e cultura boas, duvidar. E não se meter a autor, embora – verdade seja dita -, no final, muitas vezes o que se lê representa o trabalho do revisor “podando”, melhorando, aperfeiçoando. (2000, p. 28)

Para ter essa cultura geral, a prática da leitura deve fazer parte da vida do revisor. Isso não significa dizer que o profissional dessa área deva saber tudo, mas quanto mais leituras empreender, mais conhecimento terá para subsidiar o seu trabalho.

Um exemplo simples dado por Malta (2000) encontra-se na seguinte frase: “O General Osório nasceu em 1808 no estado do Rio Grande do Sul”. O revisor que tem conhecimento da história do Brasil perceberá de imediato que, nesse ano referido pelo autor da frase, o Brasil não tinha estados, mas províncias. O revisor poderá, assim, sugerir a devida adequação ao texto.

Muitas outras questões envolvem o ato de revisar, ainda mais com o advento da internet que multiplicou a velocidade das informações e a quantidade de gêneros discursivos. Este trabalho, por exemplo, analisará três diferentes gêneros: e-mail, carta e pronunciamento. Pretende-se demonstrar que saber distinguir as características e os objetivos dos diferentes gêneros também é importante para se aventurar na difícil tarefa de revisar textos.

No próximo capítulo será feita a análise do *corpus* da pesquisa, conforme dito no parágrafo anterior, vinculando o resultado com a teoria Sociolinguística descrita no capítulo 2 deste trabalho.

4 CARTA, E-MAIL E PRONUNCIAMENTO DIANTE DA REVISÃO E DA SOCIOLINGUÍSTICA

Neste capítulo, pretende-se analisar os três textos objetos de pesquisa deste trabalho. Eles são dos gêneros: carta, e-mail e pronunciamento. E serão identificados, respectivamente, como Texto 1, Texto 2 e Texto 3.

O material selecionado foi escolhido entre vários textos que foram analisados pelos alunos do Curso de Pós-graduação *latu sensu* em Revisão de Texto, oferecido pelo Uniceub no período de agosto de 2010 a dezembro de 2011.

No trabalho a ser executado, não será feita uma proposta de revisão gramatical. Pretende-se sim demonstrar em alguns pontos como os conceitos de Sociolinguística são importantes para que o revisor faça um trabalho embasado do ponto de vista da teoria escolhida.

A revisão feita em sala pelos alunos, que inclui a gramatical, será apresentada, ao final, como anexo desta monografia.

A seguir, a análise dos textos feita separadamente.

4.1 A carta e o parlamentar

TEXTO 1

Brasília, 20 de Setembro de 2011.

EXCELENTÍSSIMO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL.
SENADOR XXXX XXXXX.

Requerimento de apoio ao Projeto Lei da Câmara 113, 2005.

Sr. Presidente xxxx xxxxxx, tramita neste douto Senado Federal desde 09/011/2005, uma proposição de autoria do deputado José Carlos Coutinho, que versa sobre a duração do trabalho dos farmacêuticos, atualmente desarquivado e enviado a comissão de assuntos econômicos tendo como relator da matéria o Senador Inácio Arruda.

Dada a relevância da matéria para o atendimento à saúde pública uma vez que o farmacêutico tem uma tremenda responsabilidade, na hora da dispensação dos medicamentos, inclusive apontando eventuais equívocos quando da ministração dos mesmos.

Sendo o trabalho do farmacêutico um compromisso com a vida do cidadão, devendo este ter uma carga horária compatível com o desgaste intelectual e psicológico dos mesmos, é que pedimos seu apoio e empenho para que o projeto de lei da câmara 113 de 2005 possa receber a aprovação dos senhores Senadores tanto nas votações das comissões temáticas como pelo plenário do Senado.

Agradeço antecipadamente a atenção de Vossa Excelência.

XXXXXX XXXXX XXXXX
FARMACÊUTICA CRF-SP Nº XX.XXX

Antes de dar início ao trabalho, um revisor zeloso por seu ofício, deve ler o material que lhe é entregue e verificar qual o objetivo de seu texto. No caso do Texto 1, verifica-se que o objetivo da autora é fazer um apelo escrito para um parlamentar. Ela se utilizou do gênero carta e procurou dar um estilo formal tendo em vista que a mensagem destina-se a uma pessoa pública.

Com relação à utilização de vocábulos, chama a atenção dois termos específicos: dispensação e ministração.

- “[...] o farmacêutico tem uma tremenda responsabilidade, na hora da *dispensação* dos medicamentos”.
- “[...] inclusive apontando eventuais equívocos quando da *ministração* dos mesmos”.

Esses são termos conhecidos por pessoas que trabalham na área da saúde. Tanto que o site da Agência Nacional de Vigilância Sanitária³ apresenta um rol de explicações para vários termos técnicos, entre os quais cita *dispensação* como sendo “ato de fornecimento ao consumidor de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, a título remunerado ou não”.

O outro vocábulo, *ministração*, que é mais conhecido no meio popular como *administração*, tem como significado, segundo o Dicionário Houaiss, “fazer tomar; dar, administrar, aplicar”, e pode ser encontrado principalmente na fala de profissionais da saúde, como na seguinte frase, dita por um médico, encontrada no site *Saúde em Movimento*⁴: “Tais fatores, conforme enumera o médico Rodrigo Olmos, [...] são doenças respiratórias como asma e bronquite, [...] ou idade avançada, ministração de medicamentos imunossupressores [...]”.

Com base nisso, convém que o revisor que esteja trabalhando com esse material comunique ao autor do texto que essas palavras provavelmente não fazem

³ Disponível em: <<http://www.anvisa.gov.br/medicamentos/conceito.htm#1.15>>. Acesso em: 11 maio 2012.

⁴ Disponível em: <http://www.saudeemmovimento.com.br/reportagem/noticia_print.asp?cod_noticia=3110>. Acesso em: 11 maio 2012.

parte do repertório linguístico a quem se destina a mensagem e que, por isso, podem não ser entendidas.

Um bom exemplo para casos como esse é citado por Bortoni-Ricardo (2004, p. 47), que cita o diálogo de um senhor idoso com uma jovem. O idoso pergunta qual é a graça da menina, mas esta não entende, pois o vocábulo *graça* não faz parte de seu repertório linguístico. Bortoni-Ricardo denomina isso de diferenças sociolinguísticas intergeracionais, ou seja, entre gerações.

Essas diferenças linguísticas podem se dar em muitos outros níveis, como entre gêneros, entre regiões⁵, entre classes sociais, ou entre classes profissionais, como é o caso do Texto 1, já citado, com os vocábulos *dispensação* e *ministração*.

No decorrer de todo o texto, verifica-se o estilo monitorado que a autora se utilizou para se dirigir a um parlamentar.

O estilo monitorado, segundo Bagno (2007, p.45) é aquele definido pelos sociolinguistas para designar a “variação de fala de um indivíduo segundo a situação em que ele se encontra”. Ele ocorre não só na língua falada, mas também na escrita. Bagno exemplifica dizendo que “Não escrevemos um bilhete para o namorado da mesma maneira como escrevemos uma carta de apresentação a uma empresa onde estamos tentando obter uma vaga para trabalhar”.

Quanto às gradações de monitoramento, ele sugere a classificação do estilo em *mais monitorado* ou *menos monitorado*, pois considera o uso de denominações como *estilo coloquial*, *registro culto* e *estilo cuidadoso*, como vagos e imprecisos.

⁵ Este caso foi exemplificado no tópico Variações Linguísticas, citado no Capítulo2 - Sociolinguística

No Texto 1, como já dito, a autora se monitorou para dar um caráter mais formal ao seu texto por se tratar de um documento dirigido a uma pessoa pública. Verifica-se sua preocupação com o uso da norma-padrão, apesar de alguns desvios encontrados: falta de acentuação, como em *equivocos*, na frase “inclusive apontando eventuais *equivocos*”, ou colocação de minúsculas em nomes próprios, como encontrado na frase “atualmente desarquivado e enviado a *comissão de assuntos econômicos*”.

A autora utilizou um estilo mais monitorado verificado principalmente com o uso dos vocábulos *excelentíssimo* e *douto*:

- “EXCELENTÍSSIMO PRESIDENTE DO SENADO FERDERAL [...]”
- “[...] tramita neste *douto* Senado Federal desde 09/011/2005 [...]”.

Nesse último caso, um revisor poderia até sugerir a retirada de *douto*, pois é um termo arcaico, utilizado quase exclusivamente pela área jurídica.

Como menos monitorado, ou coloquial, a autora utilizou o vocábulo *tremenda*, encontrado no parágrafo segundo: “uma vez que o farmacêutico tem uma *tremenda* responsabilidade”. Como o texto está todo estruturado no estilo formal, essa expressão não é recomendada nessa situação. Um revisor pode sugerir a sua substituição por *enorme*, como foi o caso da sugestão dada pelos alunos do curso de pós-graduação, que pode ser verificada na parte anexa desta monografia.

Outro ponto a ser considerado no Texto 1 é que a autora resolveu se qualificar por meio da profissão ao qual pertence, no caso farmacêutica, especificada no final do texto, abaixo do campo da assinatura. Essa informação, não obrigatória, deu maior credibilidade ao seu pedido. Convém lembrar que ela não informa que é

uma representante oficial daquela classe profissional, mas se fez valer do *status* da profissão para solicitar apoio a projeto de lei que beneficia a categoria.

Um revisor de texto, que, por acaso, fosse fazer a revisão da referida carta, deveria ter em mente esses fatores para não correr o risco de sugerir a retirada da qualificação da profissão da interessada, pois esse detalhe faz com que o pedido tenha mais credibilidade, logo é um argumento de autoridade, um elemento altamente ideológico.

4.2 O e-mail e o parlamentar

TEXTO 2

Caro Senador XXX!!!

Algum tempo tive oportunidade de conhece-lo pessoalmente aqui na cidade de Areia na XXXXXXXX. Foi gratificante conhece-lo um político simples e bastante objetivo.

Venho acompanhando sua trajetória política, tenho um certo carinho pela sua pessoa e pela sua história de vida.

Pensei muito antes de escreve-lo, geralmente não sou de pedir nada a político. Quem me conhece aqui em Areia sabe disso.

Politicamente aqui acompanho Ademar Paulino e Elsinho. Fui uma das coordenadora da campanha de Elsinho. Sou daquelas que depois da política eu me afasto totalmente. Até porque não tenho sorte com políticos. Nunca tive.

Resolvi fazer uma tentativa com o senhor, vou contar minha historia e vamos ver se o senhor pode me ajudar.

Eu tinha um programa na sua rádio, não sou radialista profissional, me saia bem pois, tinha uma grande audiência e os tel não paravam no meu programa. O tema do meu programa era: fatos e Ações.

Senador, deixo aqui meu e-mail minha magoa, tristeza e decepção, já que a emissora de rádio é sua o senhor tem parcela de culpa. Eu que sempre o acompanhei com meu voto e minha admiração. Eu que sou formadora de opiniões, sempre tive um grande apreço pela sua pessoa, pela sua historia de vida e política.

Deixo aqui meu abraço e desejo de boa sorte na política.

Meu nome Adelaide.

O Texto 2 é um e-mail que foi enviado por uma cidadã a um senador da República. Antes da análise propriamente dita, convém fazer alguns esclarecimentos a respeito do gênero utilizado.

E-mail é um gênero relativamente novo que chegou com o advento da Internet. Sua importância social é inegável, pois faz parte de grande parte da população que tem acesso aos meios de comunicação em rede. Alguns estudiosos não classificam o e-mail como gênero e sim como canal, pois por ele circulam vários gêneros (ofício, abaixo-assinado, receitas culinárias, propaganda).

Paiva (2004, p. 6), no entanto, defende que existe um gênero específico associado a esse novo artefato, pois “a velocidade na composição e na transmissão do texto é um fator determinante na caracterização do gênero”.

Paiva explica ainda que são características desse gênero “a informalidade, a inobservância de algumas regras ortográficas, a objetividade, e a ausência de pré-sequências”. Isso porque ele tem assumido características de outros gêneros, conforme melhor explicado a seguir pelo mesmo autor:

O correio eletrônico é um novo canal de mediação de gêneros já conhecidos e deu origem a um novo gênero que agrega características do memorando, do bilhete, da carta, da conversa face a face e da interação telefônica. Dos textos escritos herda a assincronia. Do memorando toma de empréstimo semelhanças de forma que é automaticamente gerada pelo software; do bilhete a informalidade e a predominância de um ou poucos tópicos; da carta as fórmulas de aberturas e fechamentos. Dos gêneros orais herda a rapidez, a objetividade e a possibilidade de se estabelecer um “diálogo”. Da conversa face a face, temos um formato que guarda alguma semelhança com a tomada de turno e a interação telefônica, além de limitações contextuais também semelhantes, mas com a possibilidade de colocar em contato pessoas que se encontram geograficamente distantes. Os usuários têm a intuição de que estão utilizando um novo gênero que difere dos mencionados acima, mas que ao mesmo tempo guarda uma certa semelhança. Para comprovar essa afirmação listro com um exemplo de meu corpus onde o autor termina seu texto dizendo “Desculpe pelo tamanho do e-mail (parece mais uma carta), mas o assunto merece.” (PAIVA, 2004)

Esse breve comentário auxilia a entender o formato adquirido do Texto 2. Se não fosse dito que se tratava, na realidade, de um e-mail, ele claramente poderia ser classificado apenas como do gênero carta. Nesse caso, muito provavelmente, como o e-mail é dirigido a uma autoridade, a autora resolveu dar um caráter mais formal, semelhante à carta, ao seu meio de comunicação. Ela deve ter escolhido o correio eletrônico, ao invés de carta, confiando na velocidade da informação, conciliada, talvez, com o custo zero do serviço.

A pressa, aliás, pode ser comprovada pela estrutura curta e direta de cada parágrafo, que, pelo visto, não teve revisão nem da própria autora, pois, apesar de detalhado, algumas ideias são incongruentes, e, o que é pior, o seu pedido não ficou claro.

No parágrafo quinto, por exemplo, a autora diz que vai contar sua história. Inicia dizendo que é radialista, que tinha um programa com boa audiência e, ao final, não explica o que aconteceu e nem diz qual é o seu pedido.

➤ “[...] vou contar minha historia e vamos ver se o senhor pode me ajudar.

Eu tinha um programa na sua rádio, não sou radialista profissional, me saia bem pois, tinha uma grande audiência e os tel não paravam no meu programa. O tema do meu programa era: fatos e Ações.”

Ela deixou subentendido que gostaria de ter o seu programa de volta, mas pode não ser isso. Como parece que ficou desempregada, talvez queira que o

parlamentar lhe arrume um emprego. O revisor de texto poderia, nesse caso, ajudar na resolução dessa questão, e a mensagem principal do e-mail não ficaria comprometida.

Explicado o gênero e a importância da atuação do revisor na elucidação de um ponto específico do e-mail, convém mostrar o que o texto tem que pode servir de aprendizado para um revisor preocupado com a aplicação das teorias sociolinguísticas.

Com relação a isso, inicialmente, observa-se que a autora procurou utilizar a norma-padrão da Língua Portuguesa, denotando que se trata de uma pessoa escolarizada. A autora usou o vocábulo *política* em diversos momentos do texto. Chama a atenção, no entanto, o uso específico na seguinte frase encontrada no quarto parágrafo: “Sou daquelas que depois da *política* eu me afasto totalmente”. O termo *política* aqui difere do conceito tradicional de organização, para significar *eleição*.

Isso ocorre em muitas partes do Brasil⁶, principalmente em cidades do interior, onde a cada quatro anos as eleições alteram completamente a rotina da cidade, que toma ares de festa, e a política (no sentido tradicional) é vivida e discutida de forma mais intensa.

Após essas considerações, a pergunta que cabe aqui é se o revisor deveria ou não sugerir à autora do texto a substituição da palavra *política* por *eleição*. Segundo as teorias sociolinguistas, ele pode sugerir, mas tem de explicar

⁶ Em um site de notícias do Estado do Mato Grosso, foi encontrado o seguinte comentário com a explicação, entre parênteses, dada por um cidadão para o que ele queria dizer com a palavra *política*:

“16 de novembro, 2011

Servidor Público: Eu acho engraçado, pelo fato de na época da **política (eleição)** o então candidato a prefeito Zé Carlo do Patio, tentou até esconder este (Celson) quando o mesmo foi [...]. (Grifo nosso). Disponível em: <<http://www.agoramt.com.br/2011/11/juiz-determina-suspencao-da-nomeacao-de-assessor-de-imprensa-de-patio/>>. Acesso em: 02 maio 2012.

que se ela quiser manter, nesse caso, não tem problema. Primeiro porque o gênero e-mail permite informalidades, segundo porque o sentido dessa palavra está evoluindo, e terceiro porque o receptor da mensagem é da mesma região da autora e não terá problema em entender o sentido do vocábulo.

4.3 O pronunciamento parlamentar

TEXTO 3

O SR. PRESIDENTE (xxxxx xxxxx) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado XXXXX, do DEM do Rio de Janeiro.

O SR. XXXXX (Bloco/PSB-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu venho nesta tarde fazer três registros.

Em primeiro lugar, nós estamos no dia de hoje dando entrada a um projeto de lei importante. A legislação brasileira vigente não traz nenhuma punição específica para os casos em que o condutor de veículo que esteja sob influência do álcool cause um atropelamento seguido de morte. O código brasileiro não trata desse assunto. Nós estamos mudando a legislação e tornando essa lei um pouco mais rigorosa no que diz respeito aos condutores embriagados. Infelizmente, neste País afora, há muitos registros de morte em decorrência do alcoolismo.

Por isso, nós vamos apresentar, nesta tarde, esse projeto de lei. E peço a colaboração e a compreensão dos colegas Deputados no sentido de aprovar essa iniciativa.

Em segundo lugar — estão aqui os Deputados do Estado do Espírito Santo, Xxxxx e Xxxxxxx —, quero dizer para a bancada dos Deputados Federais do Rio de Janeiro que nós estamos juntos na luta pelos *royalties*.

Não é só a bancada do Rio de Janeiro que está lutando por isso; também está a do Espírito Santo.

Nós entendemos que o Governo Federal — e parabenizamos a nossa Presidente — avançou muito nas negociações. Houve diminuição da perda dos Estados produtores, mas nós percebemos, por outro lado, que os Municípios produtores estão levando o maior prejuízo. Nós reconhecemos o avanço nas negociações, por outro lado, muito nos preocupa que os maiores perdedores, infelizmente, continuam sendo os Municípios produtores. A União perde, mas não perde muito; os Estados

perdem, mas não perdem muito; mas os Municípios estão perdendo muito. Temos esperança e expectativa no avanço das negociações. E que os Municípios do Espírito Santo e do Rio de Janeiro não percam nessa questão. Nós estamos juntos nessa luta. A bancada do Espírito Santo defende o nosso Estado mas também os nossos Municípios.

Por último, quero, mais uma vez — tenho feito isso todo final de mês — , apresentar os números da Receita Federal entregues hoje à Comissão de Finanças e Tributação.

Mais uma vez, Deputado XXXXXXXX, grande Deputado do Espírito Santo, percebemos um crescimento muito grande da Receita Federal, ano após ano.

Chama a atenção o fato de que o Espírito Santo, mais uma vez, foi o Estado onde houve o maior crescimento da arrecadação do Governo Federal. Para os senhores terem uma ideia, o que foi arrecadado este ano em relação ao ano passado ultrapassa a 25%. No ano passado, foram 9 bilhões 267 milhões, neste ano, a arrecadação já ultrapassa os 11 bilhões e 591 milhões. Ou seja, um crescimento de mais de 25%. E o segundo Estado, para terem uma ideia, teve menos de 19%.

O que eu quero dizer é que o Estado do Espírito Santo está colaborando e muito para o crescimento da União no que diz respeito àquilo que é arrecadado pelo Governo Federal. Em contrapartida, temos certeza da compreensão da nossa Presidenta assim como dos Ministros do Planejamento e da Fazenda de que os investimentos do Estado do Espírito Santo sejam compatíveis com aquilo que o Estado está arrecadando.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O Texto 3 é um pronunciamento realizado na Câmara dos Deputados, no dia 28 de setembro de 2011.

O pronunciamento é um gênero muito peculiar e complexo, ainda mais em se tratando em pronunciamento de parlamentares. A vantagem é que já existem muitos trabalhos acadêmicos que se debruçam a entendê-lo e a classificá-lo. O que não é o caso deste trabalho.

A complexidade do pronunciamento, principalmente parlamentar, pode se iniciar já pela decisão de como será feito: lido ou de improviso. Aqueles que não têm o dom e a prática da oratória, normalmente optam pelo pronunciamento lido. Nesse

caso, sabe-se que o texto pode sofrer a intervenção de assessores e de revisores pessoais do parlamentar antes da leitura. O nível de monitoramento do estilo nesse caso, com certeza, será bem maior que o pronunciamento feito de improviso, até pelas peculiaridades que envolvem a oralidade e a escrita na linguagem.

No caso do Texto 3, não se tem conhecimento se ele foi feito de improviso ou se foi lido. O autor pode ter optado pelo meio termo, pois alguns fazem de improviso, mas se guiam pelas anotações escritas de tópicos, como parece ter sido o caso desse texto, por causa da informalidade que se vê em alguns pontos, como em “o que eu quero é dizer”, encontrado no último parágrafo, e pela divulgação de quem estava presente, como em “estão aqui os Deputados do Estado do Espírito Santo, Xxxxx e Xxxxxxx”, descrita no terceiro parágrafo.

Os taquígrafos nesse caso fazem a transcrição tal qual fosse de improviso, no entanto, com o auxílio dos revisores, procuram adequá-lo, na medida do possível, dentro das normas da redação oficial.

Para evitar muitas dúvidas, a Câmara dos Deputados possui um manual próprio de redação para todos que lidam com a escrita dentro da Casa. Existe um capítulo específico sobre a linguagem que deve ser usada no discurso parlamentar, que assim se manifesta sobre o estilo do pronunciamento:

Em se tratando de pronunciamento parlamentar, **não há como definir um estilo mais adequado ou menos adequado, muito menos considerar determinado estilo certo ou errado**, visto que ele é próprio de cada orador, de cada redator, de cada produtor de texto, enfim. Apesar disso, em nome do bom-senso, é importante que, mesmo respeitadas as características próprias de cada orador ou redator, o discurso parlamentar se paute pelas regras de estilo da redação oficial, excetuadas, é claro, a impessoalidade e a padronização, visto que aqui se trata de um texto de autor. (MANUAL, 2004, p. 49, grifo nosso)

A Câmara dos Deputados, assim, por meio de seu manual, demonstra claramente que respeita as diferenças pessoais e sociais de cada parlamentar em seus pronunciamentos. Como na Casa existem parlamentares e assessores de todas as regiões do Brasil, eles têm mais liberdade para se expressar e têm respaldo escrito caso venham a sofrer preconceito linguístico por usarem termos próprios de seus estados de origem.

Retornando ao Texto 3, verifica-se que o texto não tem muitas inadequações com relação à aplicação da norma-padrão, talvez por causa das interferências do departamento de taquigrafia que faz todas as intervenções necessárias antes da publicação. Para uma análise mais profunda da parte sociolinguística do orador, deveria ser verificada a gravação original do discurso.

Em uma análise geral, percebe-se que o parlamentar utilizou estrutura por tópicos para transmitir sua mensagem. Aliás, como o próprio orador disse seriam três mensagens, que ficaram bem definidas no decorrer do texto. Em cada uma, ele iniciou com as seguintes expressões: “em primeiro lugar”, “em segundo lugar” e “por último”. A primeira mensagem trata da apresentação de um projeto de lei que prevê punição para condutores de veículos que dirigem sob o efeito de álcool. A segunda faz menção à luta dos estados produtores para que não percam os *royalties* do petróleo. A terceira enaltece a atuação financeira do Estado do Espírito Santo com base nos dados da Receita Federal divulgados pela Comissão de Finanças e Tributação. Esse tipo de estrutura por tópicos facilita o entendimento e demonstra o grau de monitoramento do autor do texto, preocupado com que sua mensagem seja entendida pelo ouvinte/leitor.

Essas muitas peculiaridades fazem do pronunciamento algo singular. Sua escolha como objeto de análise deste trabalho vem demonstrar como os conceitos de norma-padrão/não-padrão, certo/errado para a revisão são relativos, pois, além de considerar a aplicação de todas as teorias que envolvem o assunto, o trabalho do revisor depende do gênero do material a ser revisado, do contexto social do autor e do leitor/ouvinte a quem se destina a mensagem.

4.4 Reflexões sociolinguísticas

Os três textos analisados, como já dito anteriormente, apresentam alto grau de monitoramento. Os autores procuraram se adequar, cada um no seu gênero, à norma-padrão da Língua Portuguesa. Houve preocupação com o uso de uma linguagem mais formal, que pode ser verificada na forma respeitosa com que se dirigiam a seus leitores/ouvintes e nos poucos desvios da linguagem escrita, segundo a gramática normativa.

Na carta e no e-mail, percebe-se um nível maior de formalidade, denotando também maior monitoramento, provavelmente porque as autoras se dirigiam a parlamentares e queriam lhes fazer um pedido. Esse monitoramento se refletiu de forma expressiva, por exemplo, no seguinte trecho do Texto 2 – e-mail:

➤ “Pensei muito antes de escreve-lo, geralmente não sou de pedir nada a político.”

Observa-se, nessa passagem, um fenômeno conhecido como *hipercorreção*, que é resultado do nível de monitoramento da autora. Ela, em uma preocupação extrema por acertar o uso da colocação do pronome (“escrevê-lo”), acabou infringindo regras da gramática normativa. Isso ocorre, normalmente, quando a pessoa quer demonstrar que sabe escrever bem e procura fazer um texto mais rebuscado.

Com relação ao pronunciamento, pelas próprias características já citadas no capítulo anterior, apresenta estilo próprio de monitoramento, pois entre outros fatores depende da intenção do autor de fazê-lo ou não de improviso. No caso do pronunciamento do Texto 3, comparativamente com a carta (Texto 1) e o e-mail (Texto 2), percebe-se uma variação diafásica, ou seja, uma variação na linguagem quanto à formalidade/informalidade. O nível de formalidade do parlamentar foi menor que o das autoras dos outros dois textos, talvez porque o gênero discurso adotado ficar mais próximo da linha da oralidade, apresentando-se quase como um diálogo, conforme se pode verificar pelos trechos do Texto 3 a seguir descritos:

- “Infelizmente, neste País afora, há muitos registros de morte em decorrência do alcoolismo”.
- “Não é só a bancada do Rio de Janeiro que está lutando por isso [...]”.
- “O que eu quero dizer é que o Estado do Espírito Santo está colaborando e muito para o crescimento da União [...]”.
- “Por último, quero, mais uma vez — tenho feito isso todo final de mês [...]”.
- “Mais uma vez, Deputado Xxxxxxx, grande Deputado do Espírito Santo, percebemos [...]”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de revisão de texto vai além da simples correção gramatical. Muitos fatores influenciam para que o revisor de texto faça um bom trabalho. Um dos fatores é considerar os conceitos sociolinguísticos para a revisão de texto, cujo estudo foi o objetivo principal deste trabalho.

Para atingir tal objetivo, foram analisados três textos de gêneros distintos: carta, e-mail e pronunciamento. Na análise sociolinguística, verificou-se que o nível de formalidade dos textos dos autores dependeu do gênero escolhido e do destinatário da mensagem.

Os autores dos três textos estudados procuraram utilizar uma linguagem mais próxima possível daquela considerada prestigiada, escrita de acordo com a gramática normativa. O que os diferenciou foi o tipo de gênero escolhido (carta, e-mail e pronunciamento) e o nível de monitoramento de cada um.

Na carta, a autora utilizou termos formalíssimos (*excelentíssimo*) e arcaicos (*douto*), mas também se serviu de um termo que é considerado coloquial (*tremenda*), o que caracteriza um nível menor de monitoramento nesse ponto. Com relação aos conceitos estudados neste trabalho, verificou-se, com a utilização das palavras *ministração* e *dispensação*, variação diastrática, pois essas são palavras típicas da classe profissional da autora.

A estrutura do e-mail estudado ficou muito parecida com a de uma carta, o que demonstra que a autora quis ser mais formal mesmo nesse gênero tipicamente informal, provavelmente porque o seu leitor era um parlamentar, pessoa

com a qual não tinha intimidade. A variação verificada nesse material foi diatópica, ou variação regional, como também é conhecida. A autora utilizou o termo *política* como sinônimo de eleição, uso típico de algumas regiões do Brasil.

No pronunciamento, a formalidade presente é própria do gênero, pois se aproxima da oralidade. Talvez por causa disso, entre os três materiais analisados, ele é o menos formal.

Com base nessas análises, verificou-se o quanto um texto traz informações nas entrelinhas e que podem servir de subsídios para que o profissional da revisão não faça um trabalho baseado apenas na correção gramatical e ortográfica. A questão, por exemplo, da formalidade *versus* informalidade que, dependendo de como é tratada, pode alterar toda a estrutura e até mesmo a mensagem que se quer transmitir, pode ser estudada pelo revisor, junto ao seu cliente, para decidir o melhor caminho a tomar.

Ao final, o importante é que o revisor tenha em mente que “nada na língua é por acaso” (BAGNO, 2007), e que, com os seus conhecimentos (incluindo os sociolinguísticos) e livre de preconceitos, consiga ser o elo entre quem escreve e quem lê.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALKMIN, Tania Maria. Sociolinguística. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Cristina (org.). *Introdução à linguística 2*. 2ed. São Paulo: Cortez, 2001.

BAGNO, Marcos. *Português brasileiro? Um convite à pesquisa*. 3ed. São Paulo: Parábola, 2002.

_____. *A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola, 2003.

_____. *Língua, história e sociedade: breve retrospecto da norma-padrão brasileira*. In: BAGNO, Marcos, (Org). *Linguística da Norma*. 2ed. São Paulo: Loyola, 2004. cap. 9. p. 179-199.

_____. *Nada na língua é por acaso – por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola, 2007.

_____. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 51ed. São Paulo: Loyola, 2009.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.

FARACO, Carlos Alberto. Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, Marcos (org.). *Linguística da norma*. 2ed. São Paulo: Loyola, 2004. cap. 3. p. 37-61.

FURQUIM, Joíra Coelho. *Perfil e prática de revisores de texto*. TCC (Especialização *latu sensu* em Revisão de Texto) – Uniceub. 2011.

HOUAISS, Antônio. VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LARA, Carlos Eduardo de Oliveira. *O preconceito às avessas na linguagem: um estudo da variação linguística*. 2010. 117 f. Dissertação (Mestrado) – UFSC. 2010. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=202831>. Acesso em: 22 mar. 2012. 21:45.

LUCCHESI, Dante. Norma linguística e realidade social. In: BAGNO, Marcos, (Org). *Linguística da Norma*. 2ed. São Paulo: Loyola, 2004. cap. 4. p. 63-92.

MACHADO, Rafaela Veloso. *Análise sociolinguística do processo de elisão da vogal /A/ no dialeto pessoense*. 2008. 75 f. Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA. 2008. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=184904>. Acesso em: 12 fev. 2012. 11:10.

MALTA, Luiz Roberto. *Manual do revisor*. São Paulo: WVC, 2000.

MANUAL de Redação da Câmara dos Deputados. Coordenação de Publicações. 2004. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/manualredacao/manualredacao/ManualRedacao.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2012. 20:25.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira. *E-mail: um novo gênero textual*. In: MARCUSCHI, L.A. & XAVIER, A.C. (Orgs.) Hipertextos e gêneros digitais. 2004. Disponível em: <<http://www.veramenezes.com/emailgenero.htm>>. Acesso em: 25 abr. 2012. 19:10.

PETTER, Margarida. Linguagem, língua, linguística. In: FIORIN, José Luiz (org.). *Introdução à Linguística: I. Objetos teóricos*. São Paulo: Contexto, 2002, p. 11-24.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Linguística Geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. 27ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. 2ed. São Paulo: Ática, 1986.

ANEXOS

Propostas de revisão de textos realizada por alunos da disciplina de Revisão de Texto do curso de Pós-graduação *latu sensu* em Revisão de Texto, oferecido pelo Uniceub no período de agosto de 2010 a dezembro de 2011.

ANEXO A – CARTA REVISADA

Brasília, 20 de setembro de 2011.

Exmo. Senhor
Senador XXXX XXXXXX.

Assunto: Requer apoio ao Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2005.

Senhor Senador,

Tramita no Senado Federal, desde 9/11/2005, um projeto de autoria do Deputado José Carlos Coutinho, que versa sobre a duração do trabalho dos farmacêuticos, recentemente desarquivado e enviado à Comissão de Assuntos Econômicos, na qual foi designado como relator o Senador Inácio Arruda.

Essa matéria é de relevância para a saúde pública, uma vez que o farmacêutico tem enorme responsabilidade na dispensação dos medicamentos, inclusive quando aponta eventuais equívocos na sua administração.

Tendo em vista que o trabalho do farmacêutico tem compromisso com a vida do cidadão e deve ter carga horária compatível com o seu desgaste psicológico, pedimos seu apoio e seu empenho para que esse projeto possa receber a aprovação dos senhores senadores, tanto nas votações das comissões temáticas, como nas do plenário do Senado.

Agradeço antecipadamente a atenção de Vossa Excelência.

XXXXXX XXXXX XXXXX
FARMACÊUTICA CRF-SP Nº XX.XXX

ANEXO B – E-MAIL REVISADO

Senhor Senador XXX,

Há algum tempo tive a oportunidade de conhecê-lo pessoalmente aqui na cidade de Areia, XXXX. Foi gratificante, pois o vejo como um político simples e bastante objetivo.

Venho acompanhando sua trajetória política, tenho certo carinho pela sua pessoa e pela sua história de vida.

Pensei muito antes de escrever-lhe. Geralmente não sou de pedir nada a políticos. Quem me conhece aqui em Areia sabe disso.

Politicamente, aqui, acompanho Ademar Paulino e Elsinho. Fui uma das coordenadoras da campanha de Elsinho. Sou daquelas que, depois da política, me afasto totalmente. Até porque não tenho sorte com políticos. Nunca tive.

Resolvi fazer uma tentativa com o senhor, assim, vou contar-lhe minha história e vamos ver se o senhor pode me ajudar.

Eu tinha um programa na sua rádio. Não sou radialista profissional, mas me saía bem, pois tinha uma grande audiência, e os telefones não paravam de tocar. O tema do meu programa era: Fatos e Ações. [A autora do texto não informa o que aconteceu com o programa. Assim, faltam dados para análise por parte do revisor]

Senador, deixo aqui meu e-mail, minha mágoa, minha tristeza e minha decepção, já que a emissora de rádio é sua e o senhor tem parcela de culpa. [Seria interessante que a autora do texto explicasse o que seria a parcela de culpa do Senador] Eu que sempre o acompanhei com meu voto e minha admiração. Eu que sou formadora de opiniões, sempre tive um grande apreço pela sua pessoa, pela sua história de vida e política.

Deixo aqui meu abraço e meu desejo de boa sorte na política.

Meu nome é Adelaide.

ANEXO C – PRONUNCIAMENTO REVISADO

O SR. PRESIDENTE (XXXXXX) – Concedo a palavra, pela ordem, ao ilustre Deputado XXXXX, do PSB do Espírito Santo.

O SR. XXXXXXX (Bloco/PSB-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.). Senhor Presidente, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, venho a esta tribuna, nesta tarde, fazer três registros.

Em primeiro lugar, apresentamos hoje um importante projeto de lei. A legislação brasileira vigente não prevê punição específica para o condutor de veículo que esteja sob efeitos/sob influência do álcool e que cause atropelamento seguido de morte. O Código de Trânsito Brasileiro não trata desse assunto. Estamos propondo mudanças na legislação para torná-la mais rigorosa, no que diz respeito aos condutores alcoolizados. Infelizmente, neste País, há muitos registros de acidentes automobilísticos fatais em decorrência do alcoolismo. Por isso, peço a colaboração e a compreensão dos colegas deputados para aprovar essa iniciativa.

Em segundo lugar – estão aqui a Deputada Xxxxxx e o Deputado Xxxxx, do Estado do Espírito Santo –, quero dizer à bancada dos representantes do Rio de Janeiro que estamos juntos na luta pelos *royalties*. Não é só a bancada do Rio de Janeiro que está lutando por esse direito, mas também a do Espírito Santo.

Entendemos que o governo federal – parabenizou a nossa presidenta – avançou muito nas negociações. Houve perda de arrecadação dos estados produtores, mas percebemos que os municípios produtores estão tendo maior prejuízo. Reconhecemos o avanço nas negociações, mas muito nos preocupa que os maiores perdedores, infelizmente, continuam sendo os municípios produtores. A União perde, mas não perde muito; os estados perdem, mas não perdem muito; os municípios perdem muito. Temos esperança e expectativa de que as negociações avancem e de que os Municípios do Espírito Santo e do Rio de Janeiro não percam nessa questão. Estamos juntos nessa luta. A bancada do Espírito Santo defende o nosso estado e também os nossos municípios.

Por último, quero, mais uma vez – tenho feito isso todo final de mês –, apresentar os números da Receita Federal entregues hoje à Comissão de Finanças e Tributação. Novamente, Deputado Xxxxxxx – grande deputado do Espírito Santo –, percebemos um expressivo crescimento da arrecadação da Receita Federal, ano após ano. Chama a atenção o fato de que o Espírito Santo, mais uma vez, foi o estado onde houve o maior crescimento da arrecadação do governo federal. Para que os senhores tenham ideia, o que foi arrecadado este ano em relação ao ano passado ultrapassa 25%. No ano passado, foram 9 bilhões e 267 milhões. Neste ano, a arrecadação já ultrapassa 11 bilhões e 591 milhões, um crescimento de mais de 25% – o segundo estado teve menos de 19%.

O que quero dizer é que o Estado do Espírito Santo está contribuindo, e muito, para o crescimento da União no que diz respeito ao arrecadado pelo governo federal. Temos certeza da compreensão da nossa presidenta, assim como dos ministros do Planejamento e da Fazenda, de que os investimentos no Estado do Espírito Santo sejam compatíveis com o que o estado está arrecadando.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.